



TESOURO NACIONAL

2026
Julho

Publicado em
27/08/2026

Resultado do Tesouro Nacional



Resultado Primário do Governo Central

Brasil – 2025/2026 – Valores Nominais

Em julho de 2026 houve superávit primário de R\$ 10,8 bilhões, frente a déficit de R\$ 59,1 bilhões em julho de 2025 (valores nominais).

R\$ Milhões								
Discriminação	Jan-Jul		Variação (2026/2025)		Julho		Variação (2026/2025)	
	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)	2025	2026	% Nominal	% Real (IPCA)
1. RECEITA TOTAL	1.667.634	1.839.667	10,3%	5,7%	243.999	275.884	13,1%	8,3%
2. TRANSF POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	327.944	357.810	9,1%	4,5%	42.754	49.579	16,0%	11,0%
3. RECEITA LÍQUIDA (1-2)	1.339.690	1.481.857	10,6%	5,9%	201.245	226.305	12,5%	7,7%
4. DESPESA TOTAL	1.410.037	1.563.162	10,9%	6,2%	260.315	215.522	-17,2%	-20,7%
5. RESULTADO PRIMÁRIO GOV CENTRAL (3 - 4)	-70.347	-81.305	15,6%	12,4%	-59.070	10.783	-	-
Tesouro Nacional	176.370	177.736	0,8%	-3,8%	-16.076	33.320	-	-
Banco Central	-379	-627	65,3%	58,8%	-310	-302	-2,4%	-6,6%
Previdência Social (RGPS)	-246.339	-258.414	4,9%	0,6%	-42.684	-22.234	-47,9%	-50,1%
6. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	-0,96%	-1,04%	-	-	-5,40%	0,92%	-	-
Memorando:								
Resultado do Tesouro Nacional e Banco Central	175.991	177.109	0,6%	-4,0%	-16.386	33.018	-	-

Resultado Fiscal do Governo Central

Brasil – 2015/2026 – R\$ Bilhões – A preços de jul/26 – IPCA

Resultado Primário do Governo Central – Acumulado em 12 meses



O resultado primário do Governo Central acumulado em 12 meses (até jul/26) foi de déficit de R\$ 71,6 bilhões, equivalente a 0,55% do PIB.

Resultado Fiscal do Governo Central

Brasil – 2026 – R\$ Bilhões – preços correntes

Resultado Acumulado no Ano versus Programação para o Ano

Discriminação	Realizado até jun/26	R\$ bilhões	
		Previsto até dezembro 3º RARDP*	LOA**
I. Resultado Primário	-81,3	-52,0	-22,9
II. Centro da meta	34,3	34,3	34,3
III. Limite inferior da meta	0,0	0,0	0,0
IV. Deduções da meta	59,2	62,8	57,8
V. Espaço para o limite inferior da meta (I-III+IV)	-22,1	10,8	34,9

* O 3º RARDP de 2026 considera R\$ 62,8 bilhões de despesas excepcionalizadas da meta de resultado primário, referentes a precatórios, projetos estratégicos da defesa, despesas de saúde e educação custeadas com recursos do Fundo Social e ressarcimento de descontos indevidos em benefícios previdenciários.

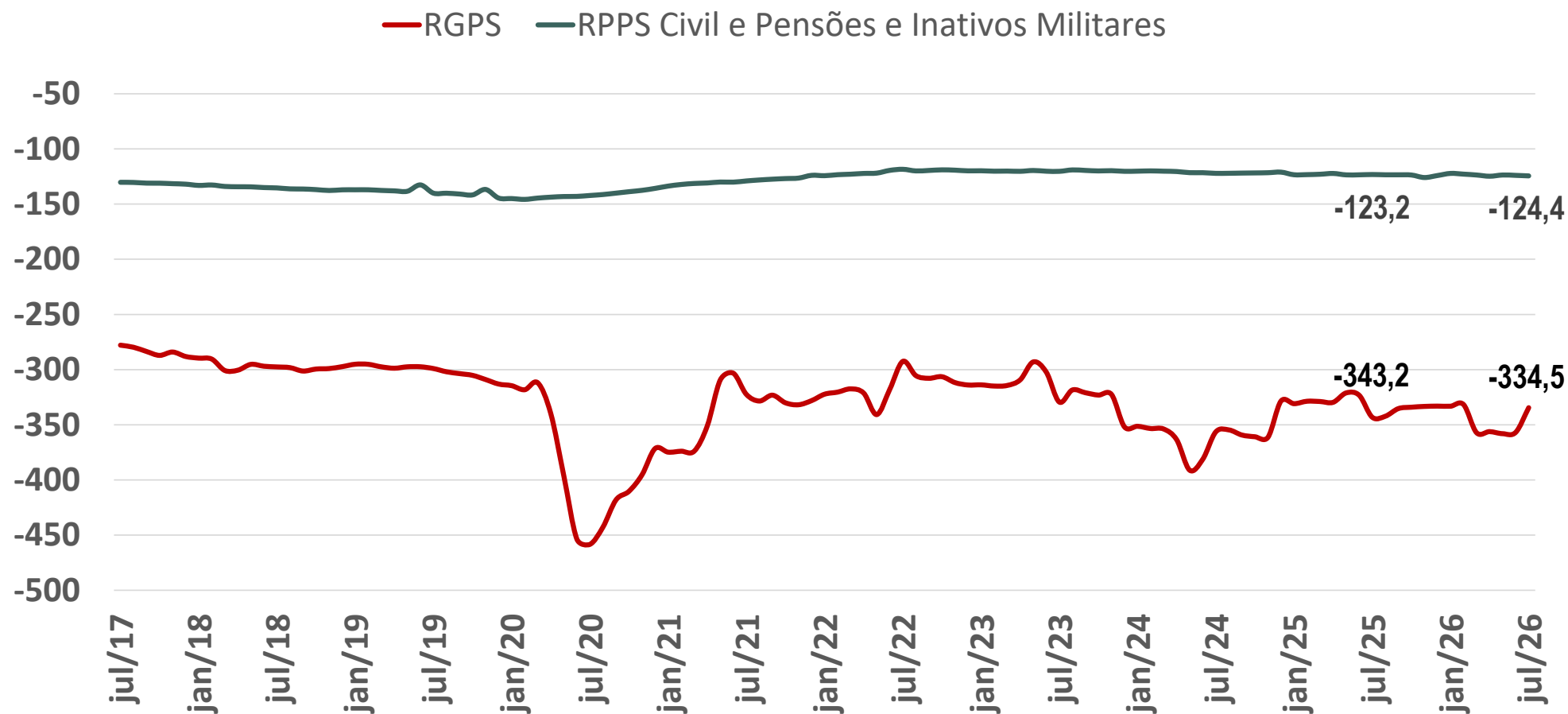
** A LOA 2026 considerava R\$ 57,8 bilhões de despesas excepcionalizadas da meta de resultado primário.

O RARDP do 3º bimestre apresenta uma previsão de déficit primário de R\$ 52,0 bilhões em 2026, decorrente de uma receita líquida de R\$ 2.593,6 bilhões e de despesas primárias totalizando R\$ 2.645,6 bilhões.

Resultado do RGPS, RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares

Comparativo dos Resultados: RGPS x RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares* Acumulado em 12 meses

Brasil – 2017/2026 – R\$ Bilhões – A preços de jul/26 – IPCA



* Inclui FCDF

O déficit RGPS + RPPS Civil e Pensões/Inativos Militares totalizou R\$ 459 bilhões (3,4% do PIB) no acumulado em 12 meses até julho de 2026, a preços de jul/26 – IPCA.

A redução do déficit do RGPS entre jul/25 e jul/26, em R\$ 8,6 bi, decorre do efeito conjunto do aumento de R\$ 39,1 bi dos benefícios previdenciários e da elevação de R\$ 47,8 bi da arrecadação líquida do RGPS.

Receitas Primárias do Governo Central

Resultado do Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2025/2026 – A preços de jul/26 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Julho		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	254.839,5	275.884,0	21.044,5	8,3%
Receita Administrada pela RFB	167.951,7	179.848,3	11.896,6	7,1%
Imposto de Importação	7.840,1	8.511,3	671,2	8,6%
IPI	7.363,6	8.330,1	966,5	13,1%
Imposto sobre a Renda	76.508,1	83.481,2	6.973,1	9,1%
IOF	6.791,4	8.280,0	1.488,6	21,9%
COFINS	33.382,7	30.367,5	-3.015,3	-9,0%
PIS/PASEP	9.421,4	8.394,4	-1.027,0	-10,9%
CSLL	22.297,0	23.619,5	1.322,5	5,9%
CIDE Combustíveis	270,1	307,1	37,1	13,7%
Outras Receitas Administradas pela RFB	4.077,4	8.557,3	4.479,9	109,9%
Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	57.667,9	61.908,9	4.240,9	7,4%
Receitas Não Administradas pela RFB	29.219,8	34.126,7	4.906,9	16,8%
Concessões e Permissões	520,1	237,3	-282,8	-54,4%
Dividendos e Participações	0,1	0,1	0,0	-38,2%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	1.628,7	1.593,6	-35,1	-2,2%
Exploração de Recursos Naturais	17.114,7	22.147,2	5.032,5	29,4%
Receitas Próprias e de Convênios	2.193,2	1.685,5	-507,7	-23,1%
Contribuição do Salário Educação	2.813,7	3.132,6	319,0	11,3%
Demais Receitas	4.949,4	5.328,1	378,7	7,7%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	44.653,8	49.578,5	4.924,7	11,0%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	210.185,7	226.305,5	16.119,8	7,7%

Em julho de 2026, a receita total apresentou elevação de R\$ 21 bilhões (8,3%), enquanto a receita líquida apresentou elevação de R\$ 16,1 bilhões (7,7%) em termos reais frente a julho de 2025.

Essa variação decorre principalmente do efeito conjunto de:

- Imposto sobre a Renda - aumento de R\$ 7 bilhões

- COFINS - redução de R\$ 3 bilhões

- Outras Receitas Administradas pela RFB - aumento de R\$ 4,5 bilhões

- Arrecadação Líquida para o RGPS - aumento de R\$ 4,2 bilhões

- Exploração de Recursos Naturais - aumento de R\$ 5 bilhões

Receitas Primárias do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2025/2026 – A preços de jul/26 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Jan-Jul		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
RECEITA TOTAL	1.761.739,5	1.861.383,0	99.643,5	5,7%
Receita Administrada pela RFB	1.155.569,1	1.234.858,0	79.289,0	6,9%
Imposto de Importação	55.885,4	61.724,8	5.839,3	10,4%
IPI	52.341,4	56.973,5	4.632,1	8,8%
Imposto sobre a Renda	557.418,7	578.164,1	20.745,4	3,7%
IOF	45.715,8	58.855,5	13.139,6	28,7%
COFINS	225.930,1	238.225,0	12.295,0	5,4%
PIS/PASEP	64.175,5	61.953,8	-2.221,7	-3,5%
CSLL	124.425,9	132.953,4	8.527,5	6,9%
CIDE Combustíveis	1.890,7	1.886,4	-4,3	-0,2%
Outras Receitas Administradas pela RFB	27.785,5	44.121,7	16.336,1	58,8%
Incentivos Fiscais	0,0	0,0	0,0	-
Arrecadação Líquida para o RGPS	405.513,4	430.822,8	25.309,4	6,2%
Receitas Não Administradas pela RFB	200.657,1	195.702,2	-4.954,9	-2,5%
Concessões e Permissões	3.707,9	3.294,8	-413,1	-11,1%
Dividendos e Participações	24.965,7	10.478,2	-14.487,5	-58,0%
Contr. Plano de Seguridade Social do Servidor	10.181,4	10.992,3	811,0	8,0%
Exploração de Recursos Naturais	86.454,9	101.380,7	14.925,8	17,3%
Receitas Próprias e de Convênios	14.617,4	11.653,4	-2.964,0	-20,3%
Contribuição do Salário Educação	20.735,7	21.746,2	1.010,5	4,9%
Demais Receitas	39.964,3	36.114,7	-3.849,5	-9,6%
TRANSFERÊNCIAS POR REPARTIÇÃO DE RECEITA	346.263,1	361.907,0	15.643,8	4,5%
RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	1.415.476,4	1.499.476,0	83.999,6	5,9%

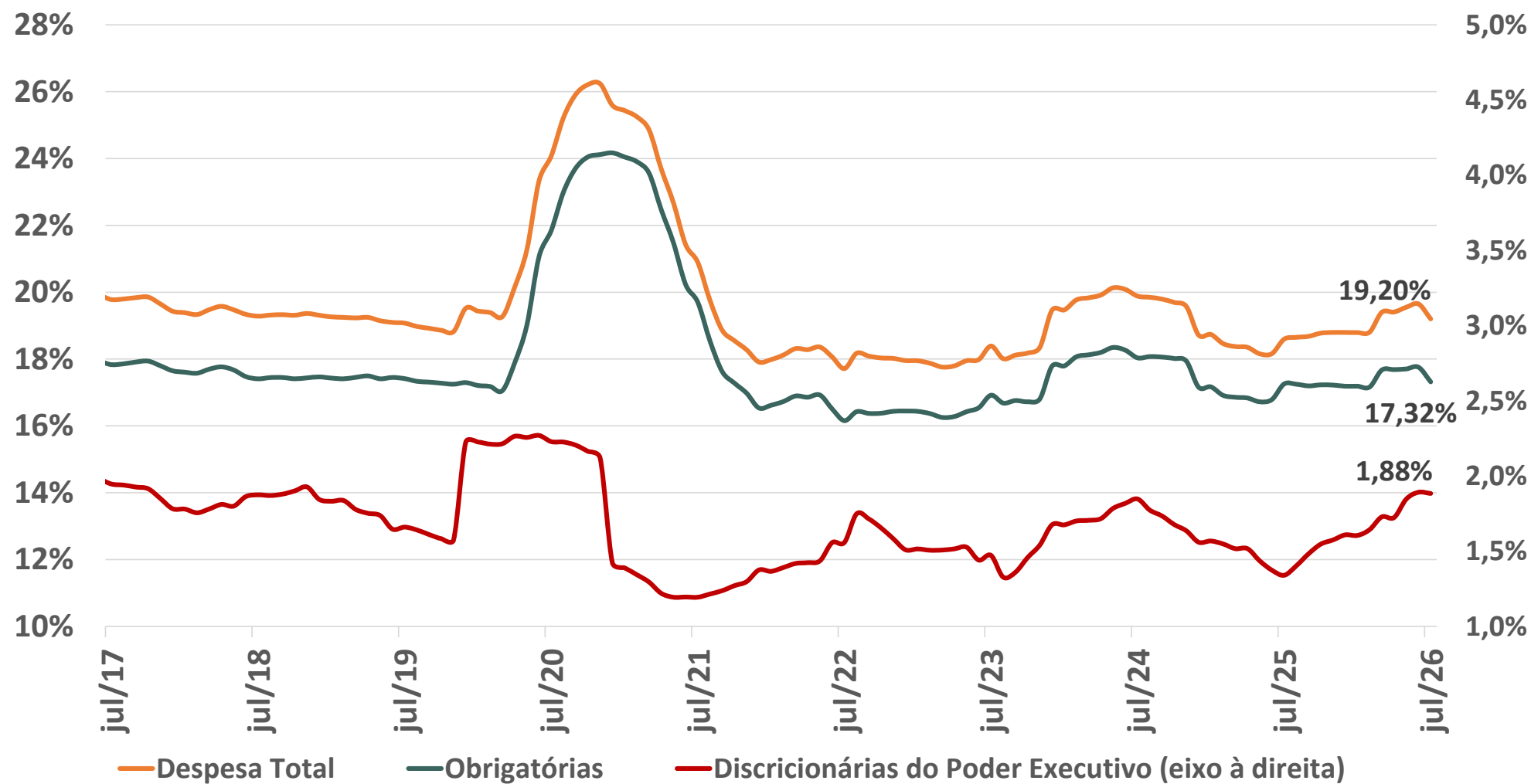
No acumulado jan-jul/2026, a receita total apresentou elevação de R\$ 99,6 bilhões (5,7%), enquanto a receita líquida apresentou elevação de R\$ 84 bilhões (5,9%) em termos reais frente ao acumulado jan-jul/2025.

Essa variação decorre principalmente do efeito conjunto de:

- Imposto sobre a Renda - aumento de R\$ 20,7 bilhões
- IOF - aumento de R\$ 13,1 bilhões
- COFINS - aumento de R\$ 12,3 bilhões
- Outras Receitas Administradas pela RFB - aumento de R\$ 16,3 bilhões
- Arrecadação Líquida para o RGPS - aumento de R\$ 25,3 bilhões
- Dividendos e Participações - redução de R\$ 14,5 bilhões
- Exploração de Recursos Naturais - aumento de R\$ 14,9 bilhões

Evolução de Despesas do Governo Central

Despesas do Governo Central* - Acumulado 12 meses - 2017/2026 – % do PIB



Despesas Primárias do Governo Central

Resultado do Mês em Relação ao Mesmo Mês do Ano Anterior

Brasil – Anual – 2025/2026 – A preços de jul/26 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Julho		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	271.880,5	215.522,0	-56.358,5	-20,7%
Benefícios Previdenciários	102.248,5	84.143,0	-18.105,6	-17,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	21.882,1	2.058,9	-19.823,2	-90,6%
Pessoal e Encargos Sociais	47.437,6	43.232,9	-4.204,7	-8,9%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	6.162,3	245,4	-5.916,9	-96,0%
Outras Despesas Obrigatórias	71.130,4	38.807,6	-32.322,8	-45,4%
Abono e Seguro Desemprego	9.755,9	10.701,7	945,8	9,7%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	130,0	4,1	-126,0	-96,9%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	11.479,8	11.889,1	409,2	3,6%
Créditos Extraordinários	1.350,1	5.595,2	4.245,1	314,4%
Fundeb - Complementação da União	4.795,7	5.196,5	400,8	8,4%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	1.831,4	1.712,8	-118,6	-6,5%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	346,8	332,0	-14,8	-4,3%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	37.523,6	457,6	-37.066,0	-98,8%
Subsídios, Subvenções e Proagro	2.582,6	1.574,5	-1.008,2	-39,0%
Impacto Primário do FIES	176,5	144,8	-31,7	-18,0%
Demais	1.157,8	1.199,3	41,5	3,6%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	51.064,0	49.338,6	-1.725,4	-3,4%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	32.737,3	31.453,9	-1.283,5	-3,9%
Discricionárias	18.326,7	17.884,7	-442,0	-2,4%
Memorando:				
Custeio Administrativo	6.258,3	6.822,9	564,6	9,0%
Investimento	9.523,5	6.677,0	-2.846,5	-29,9%

Em julho de 2026, contra mesmo mês de 2025, a despesa total apresentou redução de R\$ 56,4 bilhões (-20,7%) em termos reais. As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários - redução de R\$ 18,1 bilhões
- Pessoal e Encargos Sociais - redução de R\$ 4,2 bilhões
- Créditos Extraordinários - aumento de R\$ 4,2 bilhões
- Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital) - redução de R\$ 37,1 bilhões

Despesas Primárias do Governo Central

Resultado Acumulado em Relação ao Ano Anterior

Brasil – Anual – 2025/2026 – A preços de jul/26 - IPCA – R\$ Milhões

Discriminação	Jan-Jul		Variação	
	2025	2026	Diferença	% Real (IPCA)
DESPESA TOTAL	1.486.947,5	1.579.840,7	92.893,2	6,2%
Benefícios Previdenciários	664.826,5	691.578,3	26.751,8	4,0%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	32.517,1	37.831,0	5.313,9	16,3%
Pessoal e Encargos Sociais	241.497,0	257.796,5	16.299,5	6,7%
d/q Sentenças Judiciais e Precatórios	7.588,5	11.023,9	3.435,3	45,3%
Outras Despesas Obrigatórias	262.181,0	272.454,3	10.273,3	3,9%
Abono e Seguro Desemprego	64.055,8	64.829,2	773,4	1,2%
Apoio Financeiro a Estados e Municípios	3.557,6	237,5	-3.320,1	-93,3%
Benefícios de Prestação Continuada da LOAS/RMV	77.746,0	81.691,2	3.945,2	5,1%
Créditos Extraordinários	3.034,4	12.333,2	9.298,8	306,4%
Compensação ao RGPS pelas Desonerações da Folha	0,0	0,0	0,0	-
Fundeb - Complementação da União	37.692,1	40.469,5	2.777,4	7,4%
Legislativo/Judiciário/MPU/DPU (Custeio e Capital)	11.014,6	11.590,6	575,9	5,2%
Lei Kandir (LC nº 87/96 e 102/00) e LC nº 176 de 2020	2.454,0	2.351,0	-103,0	-4,2%
Sentenças Judiciais e Precatórios (Custeio e Capital)	39.610,2	38.193,3	-1.416,9	-3,6%
Subsídios, Subvenções e Proagro	16.135,0	13.203,8	-2.931,2	-18,2%
Impacto Primário do FIES	1.243,4	1.309,8	66,3	5,3%
Demais	5.637,9	6.245,4	607,5	10,8%
Despesas do Poder Executivo Sujeitas à Programação Fin.	318.443,0	358.011,6	39.568,6	12,4%
Obrigatórias com Controle de Fluxo	225.441,3	223.506,8	-1.934,5	-0,9%
Discrecionárias	93.001,7	134.504,8	41.503,1	44,6%
Memorando:				
Custeio Administrativo	36.346,6	40.131,9	3.785,3	10,4%
Investimento	39.603,2	56.509,9	16.906,7	42,7%

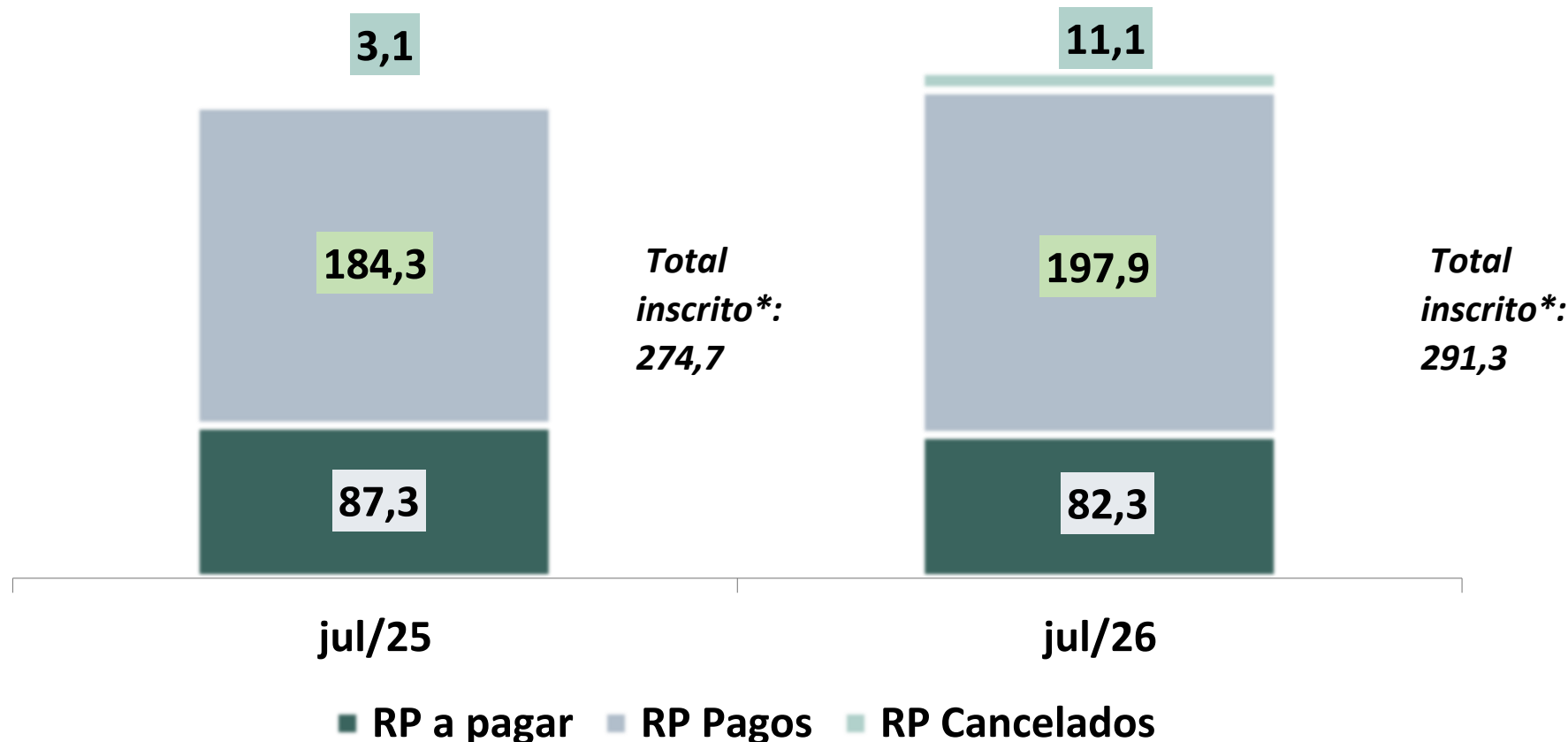
No acumulado jan-jul/2026, a despesa total apresentou elevação de R\$ 92,9 bilhões (6,2%) em termos reais frente ao acumulado jan-jul/2025. As principais variações foram:

- Benefícios Previdenciários - aumento de R\$ 26,8 bilhões
- Pessoal e Encargos Sociais - aumento de R\$ 16,3 bilhões
- Créditos Extraordinários - aumento de R\$ 9,3 bilhões
- Discrecionárias - aumento de R\$ 41,5 bilhões

Despesas do Governo Central

Execução de Restos a Pagar*

Brasil – 2025/2026 – Acumulado no ano – R\$ bilhões – Valores Correntes



O montante de restos a pagar (RAP) pagos (excetuados os RAP financeiros) até julho de 2026 correspondeu a R\$ 197,9 bilhões, contra R\$ 184,3 bilhões no mesmo período do ano anterior.

Os cancelamentos até julho de 2026 totalizaram R\$ 11,1 bilhões frente a R\$ 3,1 bilhões no mesmo período de 2025.

* Exclui Restos a Pagar com impacto financeiro. Para informações adicionais ver:

<https://www.tesourotransparente.gov.br/publicacoes/relatorio-de-avaliacao-dos-restos-a-pagar/>

Regra de Ouro - Art. 167 da Constituição Federal

Suficiência da Regra de Ouro 2026 – R\$ Bilhões – A preços correntes

Cenário Regra de Ouro	Projeção 2026
Receitas de Operações de Crédito Consideradas (I = a - b)	2.424,8
Receitas de Operações de Crédito do Exercício (a)	2.458,0
(-) Variação da Sub-conta da Dívida (b)	33,2
Despesas de Capital (II)	2.242,0
Investimentos	71,4
Inversões Financeiras	300,1
Amortizações	1.870,5
Margem da Regra de Ouro (III = II - I)	-182,8

O PLN 23/2026 contém autorização para créditos condicionados no valor de R\$ 185,6 bilhões (insuficiência da regra de ouro na LOA).

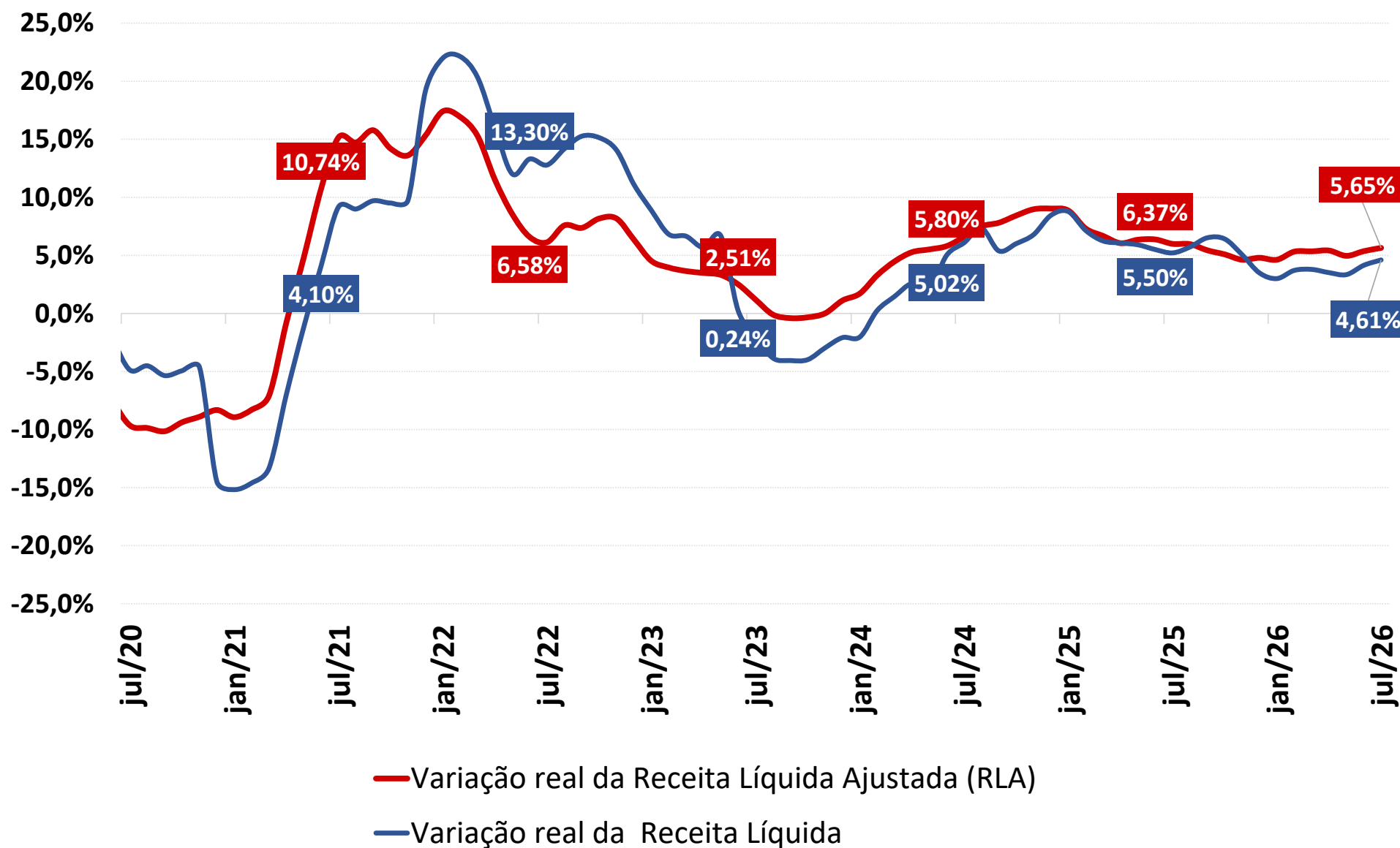
As projeções para a margem da Regra de Ouro em 2026 apontam uma insuficiência, ou seja, indicam que as operações de crédito podem exceder o montante das despesas de capital em 2026.

A efetivação desse cenário, ao final do exercício, depende de aprovação de crédito adicional suplementar por maioria absoluta pelo Poder Legislativo.

O cenário pode se alterar, a depender da evolução da execução financeira e/ou da disponibilização de outras fontes para pagamento de dívida.

Receita Líquida e Receita Líquida Ajustada (RLA)

% percentual – variação real em 12 meses - jul/26 - IPCA



A Receita Líquida Ajustada (RLA) é a receita primária apurada na forma do § 2º do art. 5º da LC 200, que instituiu o Regime Fiscal Sustentável.

Conforme o referido normativo, a variação real dos limites de despesa primária para cada exercício fica limitada pela variação real da RLA, nas proporções definidas nos incisos I e II do art. 5º.



TESOURO NACIONAL

Obrigado!

ascom@tesouro.gov.br

Maiores e Menores

Resultado Primário do Governo Central – Brasil – R\$ Milhões – Valores correntes e a preços de julho/2026 (IPCA)

Primário Nominal			Acumulado Ano		Acumulado 12 m	
1º	jul/22	18.935,2	jul/22	73.228,1	jul/11	119.124,6
2º	jul/11	11.103,1	jul/08	68.583,0	jul/22	111.248,1
3º	jul/26	10.783,4	jul/11	66.533,9	jul/08	78.614,9
4º	jul/08	7.204,6	jul/12	50.184,1	jul/12	75.541,3
5º	jul/07	5.162,7	jul/07	47.618,4	jul/13	70.303,5
6º	jul/05	4.757,4	jul/05	42.982,5	jul/07	54.988,7
7º	jul/12	3.769,8	jul/06	41.378,0	jul/05	54.871,5
8º	jul/04	3.621,9	jul/04	37.452,5	jul/06	51.068,6
9º	jul/13	3.417,9	jul/13	35.499,7	jul/14	47.879,6
10º	jul/06	3.027,1	jul/03	32.097,0	jul/10	44.687,9
11º	jul/03	2.807,9	jul/10	25.300,5	jul/04	44.435,5
12º	jul/99	2.157,3	jul/02	21.670,8	jul/03	42.003,4
13º	jul/02	1.781,3	jul/09	20.049,0	jul/01	24.658,8
14º	jul/09	1.509,6	jul/01	19.464,0	jul/02	23.944,0
15º	jul/01	1.188,7	jul/00	15.787,4	jul/09	22.904,4
16º	jul/10	726,0	jul/99	14.666,9	jul/00	21.284,7
17º	jul/00	355,9	jul/14	11.220,1	jul/99	19.208,9
18º	jul/98	-26,3	jul/98	3.035,1	jul/98	1.831,3
19º	jul/97	-107,9	jul/97	3.004,6	jul/25	-37.030,6
20º	jul/14	-2.623,7	jul/15	-11.675,5	jul/15	-46.378,0
21º	jul/19	-5.934,3	jul/19	-35.244,9	jul/26	-72.651,7
22º	jul/18	-7.488,1	jul/18	-39.081,4	jul/18	-86.709,7
23º	jul/15	-7.762,4	jul/16	-55.692,8	jul/23	-104.573,3
24º	jul/24	-8.867,6	jul/25	-70.347,3	jul/19	-116.384,8
25º	jul/16	-19.226,5	jul/21	-73.088,0	jul/16	-164.519,6
26º	jul/21	-19.519,6	jul/24	-76.240,4	jul/17	-182.216,1
27º	jul/17	-20.154,5	jul/17	-76.633,3	jul/24	-226.986,1
28º	jul/23	-35.781,3	jul/23	-77.753,6	jul/21	-311.110,7
29º	jul/25	-59.070,4	jul/26	-81.304,7	jul/20	-565.052,0
30º	jul/20	-87.886,5	jul/20	-505.232,1	jul/97	

Primário Real (IPCA)			Acum Ano (IPCA)		Acum 12m (IPCA)	
1º	jul/11	25.572,4	jul/08	188.455,0	jul/11	283.002,6
2º	jul/22	22.614,2	jul/11	155.072,0	jul/08	217.149,3
3º	jul/08	19.384,2	jul/07	137.579,1	jul/05	173.007,4
4º	jul/07	14.774,8	jul/05	134.213,1	jul/12	169.189,7
5º	jul/05	14.684,8	jul/04	125.834,3	jul/07	159.573,3
6º	jul/04	11.913,7	jul/06	123.192,5	jul/03	154.854,2
7º	jul/26	10.783,4	jul/03	114.766,0	jul/06	153.008,1
8º	jul/99	10.780,2	jul/12	111.539,1	jul/04	150.304,8
9º	jul/03	9.865,4	jul/22	90.474,5	jul/13	148.557,2
10º	jul/06	8.987,4	jul/02	89.952,7	jul/22	138.237,4
11º	jul/12	8.253,5	jul/01	86.830,8	jul/10	112.511,5
12º	jul/02	7.224,2	jul/00	75.184,0	jul/01	110.805,6
13º	jul/13	7.041,5	jul/99	74.563,4	jul/00	102.606,6
14º	jul/01	5.183,0	jul/13	74.255,2	jul/02	100.111,8
15º	jul/09	3.886,9	jul/10	63.088,0	jul/99	98.373,0
16º	jul/10	1.787,0	jul/09	52.341,3	jul/14	96.360,7
17º	jul/00	1.661,0	jul/14	22.568,6	jul/09	60.522,3
18º	jul/98	-137,5	jul/97	16.392,6	jul/98	9.642,2
19º	jul/97	-581,3	jul/98	16.042,3	jul/25	-35.703,4
20º	jul/14	-5.075,3	jul/15	-20.074,1	jul/26	-71.553,2
21º	jul/19	-8.698,6	jul/19	-51.506,9	jul/15	-86.699,7
22º	jul/24	-9.745,5	jul/18	-59.481,5	jul/23	-120.051,4
23º	jul/18	-11.329,8	jul/25	-71.471,1	jul/18	-134.212,7
24º	jul/15	-13.705,5	jul/26	-80.364,7	jul/19	-173.761,9
25º	jul/21	-25.659,5	jul/24	-83.115,4	jul/24	-253.874,6
26º	jul/16	-31.219,7	jul/23	-87.914,3	jul/16	-278.000,4
27º	jul/17	-31.862,5	jul/16	-91.060,8	jul/17	-290.986,4
28º	jul/23	-41.092,6	jul/21	-95.272,4	jul/21	-431.809,3
29º	jul/25	-61.694,8	jul/17	-121.248,6	jul/20	-813.268,5
30º	jul/20	-125.922,8	jul/20	-726.161,4	jul/97	